



## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL VERSUS QUALIDADE DE ENSINO SUPERIOR: QUE RELAÇÃO?

## INSTITUTIONAL EVALUATION VERSUS QUALITY OF HIGHER EDUCATION: WHAT RELATIONSHIP?

<https://doi.org/10.5281/zenodo.3338090>

AUTORES: Diamantino Luciano<sup>1</sup>

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA: [ismaelnachinganguela@gmail.com](mailto:ismaelnachinganguela@gmail.com)

Fecha de recepción: 13 de Septiembre de 2018

Fecha de aceptación: 29 de Noviembre de 2018

### RESUMO

O presente artigo reflecte a relação entre a avaliação institucional no contexto actual de ensino superior como factor fundamental para a credibilidade, acreditação e classificação das instituições educativas por níveis de padrões definidos e aceites, colectivamente por um grupo significativo de utentes, face ao índice ou grau de satisfação de necessidades sociais. A metodologia utilizada apoiou-se no estudo bibliográfico, com recurso aos métodos analítico-sintético e indutivo dedutivo permitiu, mediante sua utilização, descrever o conceito de avaliação intitucional e da qualidade de ensino, os âmbitos da avaliação institucional, a avaliação institucional no contexto actualde ensino superior e os indicadres da avaliação institucional. O estudo proporcionou uma síntese de informações que facilita a compreensão da relação entre a avaliação institucional e a qualidade de ensino superior, que se posta em prática, contribui para a reformulaçãoou melhoria da qualidade dos processos de ensino, investigação e extensão que caracterizam este nível de ensino.além do mais, a definição de dimensões e indicadores de avaliação de qualidade em correspondência com os parâmetros curriculares nacionais de garantia interna e externa permite na avaliação institucianal aferir a qualidade de ensino, mediante os resultados da análisedoprocesso de ensino-aprendizagem, currículos, corpo docente e tecnico-administrativo, materiais e equipamentos institucionais, programas e projectosda instituição.Através das dimensões e dos indicadores da avaliação institucional se expressa os índices de qualidade de ensino resultantes da análise dos recursos físicos, materiais, humanos e financeiros, alcançados nas dimensões e indicadores dos processos de ensino, investigação científica e extensão universitária.

<sup>1</sup> Professor da Escola Superior Pedagógica do Bié, Angola.

**PALAVRAS-CHAVE:** avaliação institucional; qualidade de ensino; ensino superior.

#### **ABSTRACT**

This article reflects the relationship between the institutional evaluation in the current context of higher education as a fundamental factor for the credibility, accreditation and classification of educational institutions by levels of standards defined and accepted, collectively by a significant group of users, in relation to the index or grade satisfaction of social needs. The methodology used was based on the bibliographic study, using the analytic-synthetic methods and deductive inductive methods, through its use, to describe the concept of institutional evaluation and teaching quality, the scope of the institutional evaluation, the institutional evaluation in the current context of higher education and the indicators of institutional evaluation. The study provided a synthesis of information that facilitates the understanding of the relationship between institutional evaluation and the quality of higher education, which is put into practice, contributes to the reformulation or improvement of the quality of teaching, research and extension processes that characterize this level of education. In addition, the definition of dimensions and indicators of quality assessment in accordance with the national curricular parameters of internal and external guarantee allows in the institutional evaluation to assess the quality of teaching, through the results of the analysis of the teaching-learning process, curricula, body institutional dimensions and indicators of the institutional evaluation are expressed the indices of quality of teaching resulting from the analysis of the physical, material, human and financial resources, achieved in the educational, technical and administrative, institutional materials and equipment, programs and projects of the institution. dimensions and indicators of teaching processes, scientific research and university extension.

**KEYWORDS:** institutional evaluation; teaching quality; higher education.

#### **INTRODUÇÃO**

As instituições de ensino são organizações fundamentais e determinantes nos processos de evolução e desenvolvimento da sociedade. Além de estarem ao serviço das sociedades específicas, também estão ao serviço da ciência, podendo assim, nela serem sistematizadas as vivências dos membros da comunidade de forma acopladas aos conhecimentos científicos que permite, por meio deles, preparar os estudantes na base de conhecimentos procedimentais, factuais, atitudinais e processuais, encaminhados ao desenvolvimento de competências que lhes permite aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, que significa construir conhecimento de forma integrada.

Com esta necessidade, já em pleno século XXI, muitos governos, nas suas abordagens sobre políticas educativas, têm demonstrado, na actualidade, claramente que faz parte das suas preocupações, a constante busca pelas metodologias e experiências, predestinadas à avaliação institucional e da qualidade de ensino superior, que tem dentre vários papéis, o de contribuir para desenvolvimento sustentável, principalmente, nos domínios económico, social e político dos seus países.

Silva (2014), considera a avaliação institucional no ensino superior e da qualidade educativa como sendo, em primeiro lugar, um dilema e, em segundo lugar, um desafio para o contexto angolano. Apesar de ser necessária e fundamental para o controlo da garantia da qualidade de ensino nesse nível, é complexa, não só pelo facto de exigir a definição de dimensões e indicadores, mas também exige uma formação específica em matérias de avaliação interna e externa das instituições e da qualidade educativa.

Angola precisa de instituições de ensino superior que estejam em altura de formar estudantes à luz das exigências actuais, nos seus âmbitos: económico, político, social, cultural, educativo, etc., com conhecimentos técnico-profissionais e gerais capazes de prepara-los não só para o presente, senão também para o futuro do país. Esse desafio exige dos gestores escolares, o aperfeiçoamento de seus conhecimentos em matérias de organização, da gestão e da avaliação da qualidade dos processos de ensino, investigação e extensão universitária que caracterizam este subsistema de ensino.

Além disso, é também necessário adoptar estratégias pedagógicas e didácticas específicas referentes ao desenho, desenvolvimento e avaliação curricular, bem como, a organização, gestão e avaliação institucional (interna e externa) para o aperfeiçoamento da definição do perfil de entrada e saída dos estudantes do subsistema de ensino superior, do perfil de entrada nas carreiras (docente, de investigação e técnico-administrativo), a promoção de cursos de superação profissional e seminários de refrescamento em habilidades didáctico-pedagógicas e investigativa, o melhoramento das condições de trabalho (infra-estruturas, equipamentos, meios de ensino e recursos didácticos) necessárias para o funcionamento deste tipo de instituição de ensino.

Ainda, para Santos (2009), considera que o processo de avaliação da qualidade de ensino precisa ser desenvolvido em interacção directa com os sistemas nacionais de garantia externa da qualidade de ensino, dependendo estes, de forma predominante, dos procedimentos de controlo e verificação de conformidade (mais associados à dimensão da acreditação) ou de acções de transparência e melhoria (mais ligados à avaliação) orientadas para a produção de informação validada, objectiva e compreensível sobre a instituição, procurando a melhoria sistemática dos processos educacionais. Neste sentido, de modo mais particularizado, segundo (Ristoff, 2003, apud Mendes, 2013. P. 244) constituem objectos comuns da avaliação institucional "os

estudantes, o corpo docente e o tecnico-administrativo, os currículos, os materiais institucionais, os programas, os projectos e as instituições como um todo".

Por isso, é fundamental para as instituições de ensino superior o desenvolvimento de uma cultura de avaliação das necessidades e das tarefas educacionais, institucionalmente realizadas, por meio de indicadores que permitam ler a sua realidade e classificá-la de maneira que, ao informar sobre o estado real da organização, também essa informação sirva para a reformulação de acções, de planos e projectos institucionais capazes de tornar a instituição cada vez mais visível ao mundo.

Assim, pela complexidade que se regista na interpretação e compreensão da qualidade educativa enquanto resultado de um processo de avaliação institucional abrangente, no presente artigo, recorrendo ao estudo bibliográfico e aos métodos de análise-síntese e indutivo-dedutivo, o autor caracteriza o processo de avaliação institucional da qualidade de ensino superior, âmbitos de abrangência da avaliação institucional para o subsistema de ensino superior e os indicadores da avaliação institucional e da qualidade de ensino como um desafio no contexto Angolano.

#### **COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E QUALIDADE DE ENSINO**

O termo, avaliação tem sua origem no mundo da indústria, foi adoptado pelo campo da educação e, desde então, sofreu profundas mudanças históricas no decorrer de apenas um século (Arredondo & Diago, 2009). Assim, sob a óptica de Sant'Anna a avaliação é "um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático". (Sant'anna, 1998, p.29, 30).

Partindo desse pressuposto, avaliação não consiste em avaliar apenas o aluno, mas o contexto escolar na sua totalidade, permitindo fazer um diagnóstico para sanar as dificuldades do processo de aprendizagem, no sentido teórico e prático. Na concepção de Both (2007) apud Arredondo & Diago (2009). vem atrelada ao processo, onde se direcciona a qualidade do desempenho sobre a quantidade de actividades propostas, tanto para o aluno quanto para o professor, ficando em um processo comparativo. Porém na visão do autor, o foco principal é a qualidade do ensino, ultrapassando os limites da verificação.

Segundo Demo (1999, p. 1) apud Arredondo & Diago (2009), "refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc". Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. Ainda por meio da afirmação anterior, observa-se que

avaliar demanda reflectir, planear e atingir objectivos, tendo como propósito o entendimento que o acto avaliativo articula-se ao processo educativo, social e político.

Na leitura de Libâneo (1994, p. 195), a avaliação é vista como:

Uma tarefa didáctica necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objectivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar.

Nesta acepção, percebe-se que a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas e nem apenas na mensuração de dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa; mas também, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Segundo Bonniol e Vial (2011, p.23) são três os principais modelos de avaliação: a avaliação como medida, a avaliação como gestão e a avaliação como problemática de sentidos; três posturas epistemológicas diferentes e complementares. Distingue-se em cada uma delas as funções somativa e formativa, que, vale justificar, não se contrapõem. A primeira responde à demanda institucional de verificação de nível de construção conceitual, e a segunda responde às exigências de desenvolvimento das aptidões nas aprendizagens. A avaliação formativa centra-se essencialmente, de forma imediata e directa, na gestão das aprendizagens dos alunos. Segundo os autores, dessa forma, ela situa-se na perspectiva de uma regulação assumida pelo avaliador, cuja tarefa será calcular, ao mesmo tempo o caminho já percorrido por cada um e o que resta a percorrer, a fim de intervir e otimizar o processo de aprendizagem em curso.

No entanto, a avaliação reflete determinadas concepções de ensino e aprendizagem que, por sua vez, estão subordinadas ao contexto histórico e sócio-técnico. Como esse contexto é dinâmico, pode-se compreender porque, apesar do tanto que já se estudou sobre o assunto, o tema ainda suscita discussões e, também, porque há diferentes visões e formas de definir o construto (Arredondo & Diago, 2009).

Já o termo qualidade, é um conceito polissémico e controverso e a sua compreensão depende muito de quem a define, tendo em conta os interesses em jogo e os critérios ou padrões utilizados. Inicialmente estava associada à noção de

inspeção. Independentemente disso, a qualidade refere-se a um conjunto de características inerentes a produtos ou serviços que satisfazem determinados padrões ou critérios. Qualidade é aquilo que distingue algo, tornando-o desejável, admitindo que essa qualidade expressa a satisfação de determinada clientela. É um atributo de algo, medido em função de um padrão definido por alguém e que é usado para comparar as características das coisas a que se refere. Assim sendo, a qualidade não é intrínseca de qualquer coisa, mas um atributo que depende da percepção de quem usa essa coisa, daí decorrendo a discrepância na aferição do valor de algo.

Note-se que qualidade não é um construto fácil de conceituar devido à complexidade e ao subjectivismo relacionado ao termo; trata-se de um conceito multidimensional e pluralista. Segundo Gola (2003), no contexto educacional, a qualidade relaciona-se a valores, objectivos e exigências da sociedade em dado tempo e lugar, analisados desde a perspectiva dos resultados do processo de ensino-aprendizagem, abraçando a importância dos resultados do processo de ensino e aprendizagem, facto que torna cada vez mais difícil a definição e a explicação das dimensões e indicadores de avaliação.

O conceito de qualidade, por norma, refere-se a produtos ou serviços excelentes, que vão ao encontro das expectativas, exigências, que estão relacionadas com uso do produto ou serviço. Se o produto ou serviço for ao encontro ou para além das expectativas, pode se afirmar estar perante um serviço de qualidade. Por isso, é importante referir que a procura pela qualidade deve se constituir em um processo contínuo, das organizações modernas. Desta forma, o que importa para caminhar no sentido da eficácia é conseguir reconhecer as variáveis que poderão fazer variar o desempenho da escola e que podem contribuir para atingir os objectivos desejados.

#### A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO ACTUAL DE ENSINO SUPERIOR

A avaliação institucional é uma tarefa complexa e difícil. Complexa, porque a instituição já é, em si, uma organização complexa e por que avaliar é, também, um processo complexo. Para além disso, verifica-se a tendência para os gestores assumirem uma atitude de recusa da avaliação das instituições escolares, por temerem que seja usada como instrumento de controlo ou ético-político do seu trabalho.

As instituições de ensino superior têm a sua essência enraizada nas principais necessidades do meio social onde estiverem inseridas, que representam o seu compromisso para com os beneficiários que constituem o seu público-alvo. A satisfação das necessidades do seu público-alvo, exige adoptar novas políticas de gestão consubstanciadas em estratégias, projectos e objectivos de modo a colmatar as insuficiências que podem comprometer a qualidade dos resultados, se comparados com os objectivos e metas

do período correspondente aos projectos institucionais implementados.

À luz de(Afonso, 1994), a avaliação institucional escolar assenta-se em três pilares essenciais: o pilar das intenções político-normativas, que proclamam a descentralização, a participação da comunidade educativa e a atribuição de maior autonomia às escolas desde o ponto de vista teórico; o pilar das investigações científicas, que enfatiza a importância das variáveis contextuais e organizacionais da acção educativa na construção da mudança nos processos de inovação, e, por último, o pilar da opinião pública, que assenta no comportamento de cidadãos cada vez mais exigentes com o desempenho das escolas, com o objectivo de obterem novas ou diferentes respostas à oferta educativa.

Dada a diversidade dos pilares em que a avaliação é realizada e a diversidade de designações que lhe são atribuídas, é de se assinalar que a avaliação aqui focalizada se insere no âmbito da qualidade de ensino que pode ser aferida a partir dos níveis de avaliação institucional, do credenciamento institucional e dos programas, da certificação profissional e do nível de outros programas.

Enquanto o credenciamento institucional e de programas (...) trata de uma avaliação qualificadora, isto é, não define um processo, não analisa as causas pelas quais uma instituição ou programa conta com determinadas características, a certificação profissional é um tipo de avaliação atribuída no âmbito das ordens profissionais que está relacionada com a qualificação do profissional. Baseia-se no facto de que não basta a certificação ou diploma atribuído por uma instituição para o exercício profissional, é necessário que o profissional seja acreditado junto dos seus pares. (Barriga, 2003, apud Mendes, 2013).

As descrições apresentadas por Barriga (2003), caracterizam a avaliação institucional tanto como uma actividade profunda, como uma actividade mais simplista, cujas diferenças residem no âmbito da avaliação. Desta feita, segundo Mendes (2013), a avaliação simplista consistiria numa reflexão sobre os dados de menor relevância. Entre estes destaca-se o número de alunos, a relação ingresso/saída, a taxa de repetição de disciplinas, a taxa de exames extraordinários, o número de planos de estudo que foram actualizados, o corpo docente, a titulação do corpo docente, o tempo comprometido e as publicações. Também, exige o conhecimento prévio acerca das características do processo técnico-administrativos, pedagógico, investigativo, pensamento político sobre a educação, concepção dos principais actores do processo de ensino-aprendizagem (ministros, directores, inspectores, professores, alunos, associações e a comunidade civil) sobre a escola e sua importância para a sociedade. Esse conhecimento ajuda a dissipar dúvidas sobre a visão que os membros da comunidade escolar têm construída sobre a avaliação institucional.

Nesta perspectiva, ao pensar na avaliação institucional, é necessário também, pensar nos instrumentos de avaliação, nas modalidades e períodos de aplicação dos instrumentos, nas formas de interpretação dos resultados da avaliação, na escala de processamento e classificação de resultados e na comunicação desses resultados à comunidade escolar, porque independentemente de existir um resultado para cada avaliação, nem todos satisfazem os interesses da instituição e da comunidade.

A avaliação institucional interfere em todas as instâncias e dimensões de uma universidade. Envolve em acções intersubjectivas os docentes, os estudantes e os servidores, indaga sobre a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, examina os acertos e os erros burocráticos e administrativos, verifica a vitalidade e o exercício democrático das instâncias institucionais, questiona os delineamentos políticos, as propostas pedagógicas e os compromissos sociais, tematiza as relações de trabalho e a qualidade de vida, enfim, tenta compreender para transformar toda a instituição. É, portanto, uma empreitada que a todos concerne e que produz efeitos em toda a estrutura social da universidade”.(Sobrinho, 1995, pp. 72).

A avaliação institucional refere-se a um projecto que permite o balanço dos rumos da instituição em busca da melhoria da qualidade. Ela abrange o processos de (a gestão administrativa, de recursos humanos e pedagógicas), com o intuito de ver reduzidas as críticas sobre a qualidade de ensino superior, principalmente angolano, caracterizado pela fraca preparação do corpo docente, directivo, técnico-administrativo; bibliografia escassa, fraca qualidade de algumas infra-estruturas, do material, equipamentos e meios de ensino; dos planos de estudos; pouca credibilidade dos processos de ingresso, transição de anos e egressos dos estudantes finalistas.

Nesta apreciação sobressai o sentido proactivo que se refere a melhoria da qualidade dos serviços institucionais e retroactivo da avaliação que faz alusão ao balanço e a emissão de um juízo sobre as realizações institucionais. Esta preocupação faz perceber que finalmente numa avaliação institucional, o mais difícil para aferir não é o resultado da avaliação; mas sim, a qualidade do resultado da avaliação, uma vez que, ela está dependente da qualidade do processo de avaliação.

Na perspectiva de Leite (2005) apud Mendes (2013), a avaliação institucional não deixa de ter um sentido público, pelo facto de se constituir num serviço prestado à sociedade à medida que os participantes da instituição possam repensar seus compromissos e metas, modos de actuação e finalidades de suas práticas e de sua missão.

A avaliação institucional, enquanto actividade mais profunda, incide fundamentalmente na reflexão sobre dados mais relevantes da acção organizacional, de forma específica, sobre a clareza das



metas gerais e das metas académicas concretas; o grau de pertinência do plano de estudos de um curso, actualização do conhecimento, as dinâmicas de funcionamento dos cursos; a relevância social da instituição, os perfis de saída e sua pertinência ante as exigências do mercado; a eficiência e a eficácia, o vínculo da organização com a sociedade referente a pertinência das pesquisas, capacidade de resposta aos problemas locais. (Mendes, 2013).

#### AMBITOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS CONDIÇÕES ACTUAIS DE ENSINO SUPERIOR

Clímaco (2002, p. 64), compreende a avaliação institucional “como processo organizativo da informação relevante para o conhecimento de como a escola funciona enquanto sistema político, social, simbólico e educativo”. Esta concepção exerce uma pressão aos gestores das instituições de ensino superior que resulta na adopção de estratégias que permitam retroalimentar de forma interna a qualidade dos resultados dos serviços prestados pelos membros da equipa escolar e, assegurar as condições necessárias para uma avaliação externa da instituição educativa.

Assim a necessidade de avaliar as instituições de ensino superior reside no facto de manter actualizados os membros da comunidade escolar sobre o grau de cumprimento de objectivos institucionais, de prestar contas à entidade patronal, bem como, manter informada à sociedade em geral sobre os níveis de implementação e cumprimento das políticas do Estado referentes ao processo de formação de quadros capazes de contribuir com os seus saberes para o desenvolvimento do país e pelo mérito próprio, conquistar a aceitação e a credibilidade da sociedade.

Neste sentido, avaliação institucional joga um papel preponderante na avaliação das instituições de ensino superior, pois ela abrange determinados âmbito que ajudam a compreender o grau de exigência que se impõe para avaliação da qualidade educativa. Assim, numa perspectiva mais abrangente, são destacados, a partir de Silva (2015), os seguintes âmbitos da avaliação institucional:

- Âmbito diagnóstico: quando pretende-se saber o grau de execução de projectos e planos de actividades implementados, conhecer as ameaças, fortalezas, oportunidades e suas fraquezas, com o propósito de aperfeiçoar a filosofia de trabalho;
- Âmbito de comparação e distinção: quando efectuada para comprovar a eficiência e eficácia dos serviços prestados em comparação com as outras instituições do mesmo nível de ensino;
- Âmbito de credibilidade e aceitação: quando efectuada com o propósito de comprovar a sua credibilidade (dos processos de ensino, investigação e extensão de seus serviços) e o grau

de aceitação(dos quadros formados pela sociedade local, regional e mundial);

- Âmbitode ajuste de programas ou projectos institucionais: quando efectuada com o propósito de redefinir planos projectos e objectos em função das circunstância do momento de sua existência no tempo e espaço;
- Âmbitode avaliação de desempenho: quando efectuada com o propósito de conhecer o grau de responsabilidade e os modos de actuação do corpo directivo, docente e do pessoal técnico-administrativo em comparação com os objectivos definidos;
- Âmbito da análise da qualidade dos processos de ensino, investigação e extensão universitária: quando centra a sua acção no projecto de desenvolvimento institucional, currículo, planos de estudos, programas das disciplinas, planos de aulas, formas de organização de actividade didácticas (incluindo a aula), distribuição da carga horária, distribuição de disciplinas ao corpo docente, número de alunos por sala, número de alunos para cada professor, linhas de investigação e produção científica, publicações em revistas de renome, periodicidade de publicações, etc., com o propósito de efectuar uma análise sobre o impacto dos serviços que a instituição presta à comunidade;
- Âmbito da análise da qualidade das condições de trabalho: quando centra a sua acção na análise das infra-estruturas, material didáctico, equipamentos, bibliografias, sala de aula, espaço físico, gabinetes para o corpo docente, biblioteca digital, etc., como uma das condições fundamentais necessárias para candidatar-se ao reino da qualidade;
- Âmbito da utilidade dos resultados da avaliação: quando estiver orientada na busca de soluções para um grupo de interessados, com o propósito de utilizar os resultados da avaliação na toma de decisões relevantes para o desenvolvimento da instituição.
- Âmbito da identificação dos interessados: quando as pessoas envolvidas ou afetadas pela avaliação procuram se identificar no sistema de avaliação, permitindo que suas necessidades possam ser atendidas.
- Âmbito da credibilidade do avaliador: quando as pessoas que conduzem o processo de avaliação se lhes reconhece um alto nível de confiáveis e competência, a fim de que os resultados da avaliação obtenham grau elevado de credibilidade e aceitação.
- Âmbito da clareza dos relatórios: quando os relatórios descrevem de forma clara o programa avaliado, o contexto e

os propósitos, procedimentos e conclusões, de forma a prover informações essenciais da avaliação.

Os âmbitos de avaliação institucional ora descritos, são fundamentais no processo da elaboração de instrumentos de avaliação, definição de indicadores de avaliação e na elaboração dos questionários que poderão servir para a avaliação interna e externa da instituição educativa. Lembrando Silva (2015), pode se afirmar que a avaliação institucional para além de se constituir num processo que permite diagnosticar o estado de execução da política educativa face aos objectivos institucionais e estatais, também oferece informações importantes para o prognóstico do futuro da instituição educativa frente aos desafios sociais, políticos, económicos, culturais, educativos, etc., resultantes das consequências (positivas e negativas) do processo evolutivo da sociedade.

Neste sentido, se exige aos gestores das instituições educativas do ensino superior, perceberem a avaliação como um processo de ajustes de contas, de julgamento do trabalho realizado, que tem como um dos focos principais a identificação de fortalezas e a descoberta de insuficiências de gestão institucional, com o intuito de sancionar todos dirigentes que haverem apresentado um erro de gestão institucional e, também exaltar aqueles que com muita dedicação, conseguem alcançar os resultados satisfatórios em comparação com os objectivos e metas definidas para o período em avaliação.

Apesar dessa forma de conceber o processo de avaliação, ela vai mais além da prestação de contas, ela procura para além de apresentar um retrato fiel da instituição de ensino em todas suas dimensões (processual, metodológica, ética, cívica e moral), contribuir para a redefinição de estratégias, para a melhoria dos processos institucionais e dos resultados institucionais.

Assim, o processo de avaliação para poder de forma efectiva contribuir na redefinição de projectos e planos de actividades que conduzem para a melhoria da qualidade educativa, é necessário que sejam consideradas algumas exigências específicas, necessárias ao processo de avaliação institucional e da qualidade de ensino, como:

- Abarcar as três processos substantivos que dão identidade ao ensino superior social da avaliação (ensino, investigação e extensão);
- Exigir formação especializada, competência e suporte técnico;
- Exigir uma política coerente e programática;
- Contar com a autonomia da instituição de ensino superior
- Respeitar o princípio da não ingerência em assuntos institucionais;
- Permitir a produção do retrato fiel da realidade;

- Conscienciar os actores em relação ao retrato da realidade;
- Identifica os pontos a melhorar e as correspondentes acções de melhoria e;
- Os resultados estarem dependentes da forma como a avaliação for planificada e executada;

Avaliação institucional interfere em todas as dimensões da instituição; constitui-se como um mecanismo de controlo da forma como se desenvolvem as acções dos projectos institucionais, permitindo o autoconhecimento institucional, a correcção e o aperfeiçoamento das acções a implementar. Enquanto processo caracterizado pela sistematicidade e complexidade, exige dos avaliadores, conhecimentos, competências e atitudes profissionais específicas "ética da avaliação" para a sua realização.

Na prática educativa, a avaliação para cumprir as suas funções "de diagnóstico, melhoria dos processos educativos, retroalimentação do estado da execução de projectos e processos desenvolvidos a nível institucional", precisa transitar nos processos de planificação, organização, execução e avaliação, primeiro da qualidade do processo de avaliação e, em segundo, da qualidade dos resultados da avaliação. No entanto, a avaliação da qualidade institucional deve ser caracterizada pela programação do processo de avaliação, definição de indicadores e dimensões da avaliação, incluindo a preparação dos avaliadores.

#### INDICADORES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR

As concepções acerca do processo de ensino-aprendizagem e a visão da educação, podem ser compreendidas à luz das principais abordagens pedagógicas, que afectam de maneira significativa a elaboração das normas e dos instrumentos avaliativos. Segundo Mendes (2013, p. 242), os indicadores de avaliação institucional abarcam "o número de docentes (quantidade, graduação, produção científica, experiência), rácio docentes/estudantes, aspectos infra-estruturais (salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, espaços de apoio aos estudantes), os resultados académicos dos estudantes, expressos em taxas de graduação e de conclusão do plano de estudos, a internacionalização das instituições, entre outros".

Em conformidade com o anteriormente exposto, entende-se os indicadores como as medidas específicas que têm por objectivo transmitir uma informação referente a uma dimensão particular e relevante da educação, expressando-se através de números que sintetizam essa dimensão. Por sua vez, os números que expressam os indicadores são calculados a partir de uma fórmula pré-definida e com base em dados levantados segundo critérios específicos enrigorosos, como censos e pesquisas sociais, demográficas, económicas ou educacionais. O indicador é um valor calculado segundo critérios rígidos e que retrata uma dimensão específica de interesse educacional, isto é, no âmbito da presente abordagem.

Juliatto (2005), afirma que a qualidade em organizações de educação superior, necessita derivar da acção concreta e para resultados específicos. Destaca ainda, que a qualidade aferida por quaisquer critérios, em dada situação, ou está ausente ou está presente. Desta forma, o problema da sua aferição torna-se um problema de avaliação empírica e prática. O autor em sua abordagem de qualidade combinou estudos diferentes e complementares para dimensionar a qualidade e categorizou indicadores para sua aferição segundo três categorias: insumo, processo e produto.

Os indicadores utilizados são: a) Indicadores da qualidade do insumo: que é o sentido de missão institucional, ambientes de convivência estudantil, tamanho institucional, recursos financeiros e qualidade dos candidatos matriculados; b) Indicadores da qualidade do processo, envolve a estrutura institucional, o estudante, a interacção professor-aluno, esforço do aluno, acesso ao conhecimento, grau de exigência, ensino competente e projecto pedagógico; c) Indicadores de qualidade do produto que se necessita ser aferida pelos critérios da missão institucional.

Ainda Tam (2001, p. 49), observa que como resultado das diferentes visões sobre qualidade na educação superior, existe uma variedade de “sistemas e abordagens que têm sido desenvolvidas para monitorar qualidade de diferentes tipos e em diferentes níveis, indicando ênfases e prioridades variadas.”

Estes sistemas incluem: a) Controlo de qualidade: é um sistema para verificar se os produtos produzidos ou os serviços fornecidos alcançam os padrões pré-definidos; b) Garantia da qualidade: é baseada na premissa que cada um na organização tem a responsabilidade de manter e elevar a qualidade do produto ou do serviço; c) Auditoria da qualidade: são os meios de certificar-se de que os sistemas e as estruturas relevantes dentro de uma instituição apóiam sua missão de ensinar, e para assegurar-se de que a prevenção é ou está além de um nível satisfatório da qualidade; d) Avaliação da qualidade: envolve o julgamento no desempenho de critérios, internamente e externamente. Para avaliar as instituições de educação superior; compara-se o desempenho através de uma escala de indicadores. Os indicadores estão associados a diferentes dimensões.

Para o SINAES (2004, p. 14) apud Juliatto (2005) “[...] indicadores são aspectos, qualitativos e quantitativos, que possibilitam obterem-se evidências concretas, que, de forma simples ou complexa, caracterizam a realidade dos múltiplos elementos institucionais que retratam.” Entretanto, Juliatto (2005, p. 79) alerta que “os indicadores de qualidade mudam em função do tempo, como acontece com o próprio conceito de qualidade em educação.”

Os indicadores são utilizados tanto como referência do desempenho de alunos, individualmente e agregados em grupos diversos, como sexo, nível socioeconômico, grupo étnico, etc,

como referência ao desempenho de turmas de alunos, professores, escolas, redes ou sistemas de ensino.

Nessa conformidade, o indicador vem a constituir-se no elemento mensurável que permite concluir que ocorreu um determinado resultado. Ou, visto num âmbito mais abrangente, conforme Deponti et al afirmam, (2002), é um instrumento que permite mensurar as modificações nas características de um sistema. De acordo com o INEP/MEC (2008), Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, indicador é um dado agregado que traduz numericamente uma condição. Segundo esse entendimento, corresponde a uma síntese combinatória de elementos interligados, condição que lhe atribui grande utilidade para a gestão, pois permite sintetizar elementos complexos, de modo a facilitar a compreensão e o registo dos fatos, fenómenos e processos observados. Ele é, portanto, diferente de dado que é singular.

Os indicadores de avaliação institucional servem para apontar sucessos, como também expor dificuldades, limitações e indicar situações que necessitam de mais cuidado e atenção, de modo a orientar a tomada de decisão e a determinação de ações de melhoria e a necessária correção de rumos. Também servem para reforçar as acções bem sucedidas, apontando a sua adequação em relação aos resultados desejados

## CONCLUSÕES

A avaliação institucional diz respeito ao conjunto de acções voltadas para o estudo dos processos desenvolvidos numa instituição, visando emitir um juízo de valores. Assim, tal como acontece em outros níveis de ensino, no ensino superior, implica a colecta de dados, a análise e uma apreciação valorativa com base em critérios prévios, tendo em vista a tomada de decisões para a planificação de novas acções e classificação institucional.

Os critérios utilizados por exigência do processo, normalmente, são baseados nas formas de organização, da gestão institucional, no projecto de desenvolvimento institucional e no currículo, uma vez que, asseguram o bom funcionamento institucional, bem como o rendimento académico dos estudantes.

A avaliação institucional apresenta dados sobre o estado de desenvolvimento de projectos ou serviços prestados em distintos sectores da instituição educativa de forma interna. Pode ser realizada pelos próprios funcionários da instituição educativa. A convite do órgão de direcção e gestão, pode contar com a presença de um especialista externo à instituição para efectuar uma análise livre de compromissos morais e, se for bem planificada, organizada, executada e controlada, poderá contribuir para uma avaliação externa imposta pelo órgão de gestão educativa que tem por missão, comunicar à entidade patronal, a sociedade e a comunidade nacional, regional ou mesmo mundial, os resultados que reflectem a forma como estão sendo implementadas as políticas educativas definidas pelo Estado nas escolas.

A relação que existe entre a avaliação institucional e a qualidade de ensino reside no facto do conhecimento dos índices de qualidade de ensino estar dependente dos indicadores de avaliação institucional e, por sua vez, estes contribuirão para a acreditação e aceitação dos serviços prestados pela instituição à comunidade e, conseqüentemente, influencia o processo de classificação da instituição educativa em termos de Rankings.

A classificação da qualidade dos resultados da avaliação institucional necessária para a garantia da qualidade em termos de Rankings em muitas ocasiões não é alcançada quando não se cumpre com as principais exigências de cumprimento obrigatório no processo de avaliação institucional (planificação e programação da avaliação), que garantem o funcionamento das IES, segundo os padrões de qualidade necessária.

#### **BIBLIOGRAFÍA**

Addine, F. (2004) Didáctica: Teoría y Práctica. Editorial Pueblo y Educación, La Habana.

Almeida, L. S. & Freire, T. (2003). "Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação", 3ª Edição. Editorial Psiquilibrios. Braga – Portugal.

Alves, M. P. (2012). "Metodologia Científica". Escolar Editora, Lisboa. Portugal.

Assembleia Nacional. (2010). Constituição da República de Angola. Luanda, Angola.

Assembleia Nacional (2016) Lei nº 17/16, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda 07/10/2016.

Carvalho Eduardo; Metodologia do Trabalho Científico, Escolar Editora, 2ª Edição, Portugal, 2009

Comenio, J.A. (1957) Didáctica Magna: A arte universal de ensinar tudo a todos. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Praga.

Cuétara, R. (1989) Practicum de Estudio de la Localidad. Editorial Pueblo y Educación, La Habana.

ESP-Bié.(2016)Regulamento de Estágios e Trabalhos de Fim de Curso de Licenciatura em Ciências Pedagógicas. Kuito-Bié. Angola.

Labarrere, G. Valdivia, G. (1988) Pedagogía. Editorial Pueblo y Educación, La Habana.

León, J. A. (1995) "Contribución del doctor Salvador Massip a la enseñanza de la Geografía en Cuba". Tesis presentada en opción al Grado Científico de Doctor en Ciencias Pedagógicas, Instituto Superior Pedagógico Capitán Silverio Blanco Núñez. Sancti Spiritus.

Libanio, J.C. (1999) Pedagogia e Pedagogos para quê. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora. São Paulo.

Marcone, M. de A., e Lacatos, E. M. (2010). Técnica de pesquisa. 7a edição. Editorial Atlas S.A. São Paulo.

Ministério da Educação. INIDE. (2014). Currículo de I Ciclo do Ensino Secundário. Reforma educativa. Luanda.

Ministério da Educação. INIDE. (2014). Currículo de II Ciclo do Ensino Secundário. Reforma educativa. Luanda.

Ministério da Educação. INIDE. (2014). Programas de Geografia do I e II Ciclo do Ensino Secundário: Reforma educativa. Luanda.

Ministério da Educação. (2001). Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015. Luanda. Angola.

Ministério da Educação. (2008). Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008). Luanda - Angola.

Pileti , C. (1991) Didáctica Geral. 14 ed. S. Paulo: Ática.São Paulo, Brasil.

Sousa, G. (1998). "Metodologia de Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos. Editorial Civilização, Porto - Portugal

Teixeira, M. (1995) O professor e a escola: Perspectivas organizacionais., MCGRAW-HILL, Lisboa. Portugal.